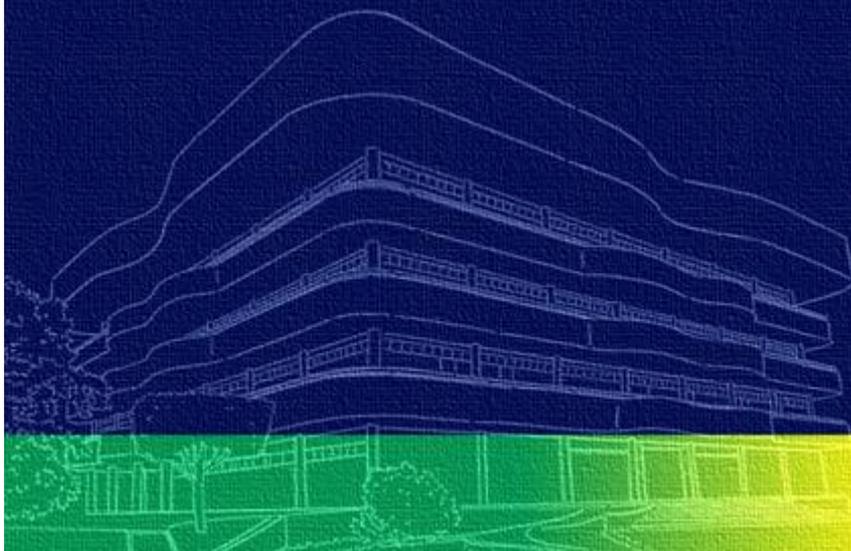




**Tribunal de Contas
do Estado do Piauí**

**Relatório de Atividades
4º Trimestre de 2021**





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

CORPO DELIBERATIVO

Presidente

Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins

Conselheiros

Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)

Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)

Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)

Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controladora Interna)

Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)

Cons. Waltânia Mª Nogueira de S. Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos

Allisson Felipe de Araújo

Delano Carneiro da Cunha Câmara

Jackson Nobre Veras

Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público junto ao Tribunal de Contas

Procurador Geral

José Araújo Pinheiro Júnior

Procuradores de Contas

Leandro Maciel do Nascimento

Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Plínio Valente Ramos Neto

Márcio André Madeira de Vasconcelos

Secretário de Controle Externo

Luis Batista de Sousa Júnior

Secretário Administrativo

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretária das Sessões

Marta Fernandes de Oliveira Coelho

APRESENTAÇÃO

É uma honra apresentar à Assembleia Legislativa do Piauí e ao cidadão o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas do Estado (TCE) referente ao quarto trimestre do ano de 2021, em cumprimento ao disposto no art. 86, § 3º, da Constituição Estadual.

Atento às suas atribuições constitucionais e atrelado às diretrizes estabelecidas no Plano Estratégico institucional 2020-2023, este Tribunal estabeleceu, no trimestre, diversas ações para atingir sua visão de futuro – ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade.

O relatório evidencia os principais resultados da atuação do Tribunal no exercício de controle da gestão pública de forma cada vez mais eficiente, eficaz e efetivo, em benefício da sociedade.

As informações nele disponibilizadas foram consolidadas pela equipe da Governança a partir dos dados e informações enviados pelas unidades desta Corte.

Conselheira Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins
Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Piauí

LISTA DE FIGURAS

1. TCE/PI	07
2. MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/PI.....	29
3. LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.....	37
4. ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO	41
5. ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA	43
6. ATIVIDADES DA CS	44

LISTA DE QUADROS

1. IDENTIDADE ORGANIZACIONAL.....	08
2. NOTÍCIAS	09
3. SESSÕES REALIZADAS.....	10
4. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS.....	10
5. PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR	11
6. PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS.....	11
7. RESULTADO DE JULGAMENTO	12
8. ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS.....	12
9. MEDIDAS CAUTELARES.....	14
10. ATOS DE PESSOAL APRECIADOS.....	14
11. CERTIDÕES EMITIDAS	15
12. MULTAS E SANÇÕES APLICADAS	16
13. PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS	17
14. CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS	18
15. ATIVIDADES DO MPC.....	19
16. ATIVIDADES DA SECEX	20
17. ATIVIDADES DO NPDCEX.....	21
18. ATIVIDADES DO NUGEI	22
19. ATIVIDADES DA DAJUR	23
20. HOMOLOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS	23
21. ATIVIDADES DA DFAE	24
22. ATIVIDADES DA DFAM	25
23. ATIVIDADES DA DFENG.....	26
24. ATIVIDADES DA DFESP	27
25. CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI	30
26. ATIVIDADES DA GOV.....	31
27. ATIVIDADES DA SO	31

28. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	32
29. ATIVIDADES DA SF	32
30. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	32
31. ATIVIDADES DA SC	33
32. SIAFE-PI.....	33
33. ATIVIDADES DA DGP.....	34
34. ATIVIDADES DA SISS	35
35. QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES	38
36. ATIVIDADES DA DTIF	39
37. ATIVIDADES DA CORREGEDORIA	41
38. SERVIÇOS DA OUVIDORIA.....	42
39. MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS.....	42
40. CANAIS.....	42
41. ATIVIDADES DA DPL.....	45

SUMÁRIO

1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ.....	07
1.1. Competência e Jurisdição	07
1.2. Identidade Organizacional	08
2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO.....	09
3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	10
3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões.....	10
3.2. Atuação do Ministério Público de Contas	18
3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo	20
3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo.....	20
3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas	21
3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado	23
3.3.4. Controle no âmbito Estadual.....	24
3.3.5. Controle no âmbito Municipal	25
3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas.....	26
3.3.7. Fiscalizações Especializadas	27
4. GOVERNANÇA E GESTÃO.....	29
4.1. Gestão Estratégica.....	29
4.2. Gestão Orçamentária e Financeira	31
4.3. Gestão de Pessoas	34
4.4. Gestão de Contratações.....	37
4.5. Gestão do Conhecimento	37
4.6. Gestão de Tecnologia da Informação.....	39
4.7. Controle Interno	40
4.8. Corregedoria	41
4.9. Ouvidoria	42
4.10. Comunicação.....	43
4.11. Gestão Patrimonial.....	44



1. O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

1.1. Competência e Jurisdição

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí foi criado em 1891, através da primeira Constituição Republicana Estadual (art. 98) e regulamentado pela Lei nº 210, de 01 de julho de 1899, assinada pelo então Governador do Piauí Raimundo Arthur de Vasconcelos. Foi o primeiro Tribunal de Contas a ser instalado no Brasil, precedido apenas pelo Tribunal de Contas da União.

FIGURA 1 – TCE/PI



Ao Tribunal compete atuar na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade. Qualquer pessoa física ou jurídica, e qualquer entidade que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre bens e valores públicos, relativos a recursos públicos estaduais e municipais, estão obrigados a lhe prestar contas.

É seu papel auxiliar a Assembleia Legislativa e as Câmaras Municipais nos procedimentos de controle externo da gestão pública, sem que haja qualquer subordinação ou poder hierárquico entre os órgãos. Suas atribuições são fixadas no artigo 71 da Constituição Federal de 1988, no artigo 86 da Constituição Estadual de 1989 e na Lei nº 4721/94 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas).

Convém citar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que ratifica as competências do Tribunal de Contas em fiscalizar o cumprimento das normas de finanças públicas voltadas para responsabilidade na gestão fiscal, com ênfase no que se refere ao cumprimento, pelo Estado e municípios, dos limites das despesas com pessoal, dos limites e condições para realização de operações de crédito, inscrição em restos a pagar e a destinação de recursos obtidos com alienação de ativos e outros.



Com sede em Teresina e jurisdição em todos os órgãos e entidades das administrações direta, indireta e fundacional dos municípios e do Estado do Piauí, compõe-se de sete conselheiros, quatro conselheiros substitutos, cinco procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e quadro próprio de servidores para cumprir finalidades de apoio técnico e administrativo.

1.2. Identidade Organizacional

A identidade organizacional tem por finalidade traduzir o que se entende como ideal para conferir personalidade à Instituição, representada nos conceitos de missão, visão e valores. A seguir, destaca-se a nova Identidade Organizacional definida no PE 2020-2023 do TCE/PI:

QUADRO 1 – IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
Negócio	Administração Pública
Missão	Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense
Visão	Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade
Valores	Sustentabilidade – Transparência – Ética – Inovação – Profissionalismo - Responsabilidade Social – Independência - Excelência de Desempenho – Valorização das Pessoas



2. PRINCIPAIS TRABALHOS E RESULTADOS NO PERÍODO

A seguir, constam as principais notícias veiculadas no portal do TCE/PI no quarto trimestre:

QUADRO 2 – NOTÍCIAS

OUTUBRO
TCE-PI realiza acompanhamento dos projetos do Planejamento Estratégico
TCE Piauí realiza campanha em prol da doação de órgãos
TCE-PI encaminha questionário sobre sistema de pregão eletrônico nos municípios
Tribunal de Contas reforça utilização dos instrumentos de fiscalização
TCE-PI realiza atividade de conscientização e prevenção ao câncer de mama
TCE-PI apresenta boas práticas da Escola de Gestão e Controle em evento nacional
TCE-PI recebe Atricon e testa nova ferramenta de avaliação do MMD
Painel consolida resultados de pareceres prévios das contas de governo
TCE-PI promove palestra aos servidores sobre a Reforma da Previdência
TCE-PI lança Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação
NOVEMBRO
Servidores do TCE-PI discutem sobre diagnóstico e implantação de Governança
TCE-PI aprova Plano de Logística Sustentável
TCE Piauí marca presença em II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas
TCE-PI participa de Fórum Piauiense de Controle Interno
Tribunal apresenta ações de Controle Social em Encontro da UNCME
Conselheiro Jaylson Campelo é eleito Diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da ATRICON
Laboratório Móvel do TCE-PI já fiscalizou mais de 150 milhões em obras
TCE-PI realiza atividade de conscientização e prevenção ao câncer de próstata
TCE Piauí mobiliza servidores em campanha de doação de sangue
DEZEMBRO
TCE-PI vence Desafio Solidário promovido pelo Hemopi
Sextas Sem Conta retorna em edição especial sobre o Samba
Conselheira Lilian Martins participa de I Encontro Estadual do Legislativo Municipal
TCE Piauí realiza simpósio sobre Análise de Dados no Controle Externo
Tribunal de Contas realiza sétimo encontro do programa Mais Viver
TCE Piauí reúne equipe para discutir projetos do Planejamento Estratégico
Servidores participam de Confraternização Natalina no auditório do TCE-PI
Programa Mais Viver encerra edição 2021 com formação sobre investimentos
TCE-PI participa da Operação Filantropia
Tribunal de Contas realizará webinar sobre o eSocial para órgãos públicos
TCE Piauí publica nomeação de aprovados no concurso público

Fonte: Site do TCE/PI.



3. RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

3.1. Órgãos Colegiados – Processos e Decisões

A Secretaria das Sessões, cuja competência abrange a coordenação e apoio ao funcionamento do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, é composta também pela Secretaria da Primeira Câmara, Secretaria da Segunda Câmara, Divisão de Acompanhamento e Controle das Decisões, Divisão Processual e Divisão de Comunicação Processual.

As deliberações do TCE/PI, oriundas de Plenário e Câmaras, possuem forma de acórdãos, os quais são publicados no Diário Eletrônico do TCE/PI e acessíveis através do Portal do TCE na consulta processual eletrônica. A competência do Plenário e das Câmaras encontra-se estabelecida nos artigos 74 e 82 do Regimento Interno da Casa.

No 4º trimestre de 2021, o Tribunal de Contas do Estado do Piauí realizou 31 Sessões e apreciou 409 processos, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

Ressalte-se que dos processos julgados/apreciados foram gerados 169 Acórdãos e 0 Parecer Prévio para o Plenário, 192 Acórdãos e 35 Pareceres Prévios para a Primeira Câmara, e 79 Acórdãos e 31 Pareceres Prévios para a Segunda Câmara

▪ Sessões realizadas

QUADRO 3 – SESSÕES REALIZADAS

SESSÕES	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Sessões Ordinárias	10	9	9
Sessões Administrativas	1	-	-
Sessões Especiais	1	-	-
Sessões Extraordinárias	1	-	-
TOTAL	13	9	9

Fonte: SS.

▪ Número de processos julgados/apreciados pelos colegiados

QUADRO 4 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS PELOS COLEGIADOS

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Prestação de Contas - Gestão	5	3	26
Prestação de Contas - Governo	0	31	26
Tomada de Contas	7	28	1
Denúncia	5	3	15
Representação	7	28	30
Inspeção	24	29	0
Auditoria	19	0	0
Monitoramento	1	0	0



TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA
Admissão	2	7	5
Inativação (Aposentadoria/Reforma/ Transf para Reserva Remunerada)	0	7	9
Pensão	0	0	1
Consulta	8	0	0
Levantamento	4	0	0
Fixação dos Índices de ICMS	1	0	0
Acompanhamento de Cumprimento de Decisão	0	0	0
Incidentes Processuais	0	0	0
Recurso de Reconsideração	62	0	0
Pedido de Reexame	9	0	0
Embargos de Declaração	4	0	0
Agravo	1	0	0
Pedido de Revisão	1	0	0
Termo de Ajuste	0	0	0
TOTAL	160	136	113

Fonte: SS.

▪ **Número de processos julgados/apreciados por relator**

QUADRO 5 – PROCESSOS JULGADOS/APRECIADOS POR RELATOR

TIPO DE PROCESSO	PLENÁRIO	1ª CÂMARA	2ª CÂMARA	TOTAL
Cons. Abelardo Pio Vilanova e Silva	15	0	22	37
Cons. Joaquim Kennedy Nogueira Barros	12	0	34	46
Cons.ª Waltania Maria Nogueira de Sousa Leal Alvarenga	15	0	24	39
Cons. Olavo Rebelo de Carvalho Filho	17	18	0	35
Cons. Kleber Dantas Eulálio	23	36	0	59
Cons.ª Flora Izabel Nobre Rodrigues	15	23	0	38
Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo	10	21	0	31
Cons. Substituto Delano Carneiro da Cunha Câmara	12	0	11	23
Cons. Substituto Jackson Nobre Veras	13	38	0	51
Cons. Substituto Alisson Felipe de Araújo	28	0	22	50

Fonte: SS.

▪ **Pareceres prévios emitidos pelos colegiados**

QUADRO 6 – PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS PELOS COLEGIADOS

ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Plenário	0	0	0
Primeira Câmara	3	20	11



ÓRGÃO DELIBERATIVO	APROVAÇÃO	APROVAÇÃO C/RESSALVAS	REPROVAÇÃO
Segunda Câmara	0	22	9
TOTAL	3	42	20

Fonte: SS.

▪ **Responsáveis julgados em contas, por resultado de julgamento**

QUADRO 7 – RESULTADO DE JULGAMENTO

ÓRGÃO DELIBERATIVO	REGULAR	REGULAR C/RESSALVAS	IRREGULAR
Plenário	2	5	0
Primeira Câmara	4	85	18
Segunda Câmara	1	57	21
TOTAL	7	147	39

Fonte: SS.

▪ **Atos normativos e notas técnicas aprovados pelo plenário**

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí, considerando o poder regulamentar que lhe confere o art. 4º da Lei 5.888, de 2009 (Lei Orgânica do TCE/PI), pode elaborar e aprovar os atos normativos necessários à organização e a execução dos serviços que lhe competem. Ao TCE/PI assiste o poder regulamentar, podendo, em consequência, expedir atos e instruções normativas sobre matérias inseridas em suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

Ressalte-se, ainda, a expedição pelo TCE/PI de Notas Técnicas sobre as matérias inseridas em suas atribuições com vistas a orientar seus jurisdicionados, as quais também são levadas ao Plenário para aprovação.

No 4º trimestre de 2021, o TCE/PI expediu os seguintes atos e Notas Técnicas, conforme demonstrado nos quadros seguintes.

QUADRO 8 – ATOS NORMATIVOS E NOTAS TÉCNICAS APROVADOS

TIPO	EMENTA
Resolução	Resolução TCE/PI nº 025, de 28 de outubro de 2021 Altera a Resolução TCE/PI nº 25, de 27 de outubro de 2016, que disciplina a dispensa de controle de jornada para a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar no âmbito do TCE-PI
	Resolução TCE/PI nº 026, de 28 de outubro de 2021 Altera a Resolução TCE/PI Nº 22, de 16 de Outubro de 2017 que dispõe sobre estágio probatório e procedimentos de avaliação especial de desempenho para fins de aquisição de estabilidade no âmbito do TCE-PI
	Resolução TCE/PI nº 027, de 28 de outubro de 2021 Altera a Resolução nº 13, de 8 de agosto de 2019, que regulamenta a Assessoria Militar do TCE-PI



TIPO		EMENTA
	Resolução TCE/PI nº 028, de 25 de novembro de 2021	Altera a Resolução nº 08/2019 de 09 de maio de 2019, que institui normas para a propositura do Plano Anual de Controle Externo (PACEX) e do Plano Anual de Trabalho (PAT) do TCE-PI, e dá outras providências
	Resolução TCE/PI nº 029, de 25 de novembro de 2021	Dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do TCE-PI
	Resolução TCE/PI nº 30/2021, de 16 de dezembro de 2021	Fixa os índices oficiais de participação de cada município do Estado do Piauí no produto de arrecadação do ICMS para o Exercício Financeiro de 2022
	Resolução TCE/PI nº 31, de 16 de dezembro de 2021	Altera os artigos 220, 239, 258, 259, 260, 267, 269, 300, 301, 302, 303, 304, 306, 309, 316, 319, 332, 375, 382 e 428, todos da Resolução nº 13, de 26 de agosto de 2011 – Regimento Interno do TCE-PI
Instrução Normativa	Instrução Normativa TCE/PI nº 05, de 16 de dezembro de 2021	Dispõe sobre a forma e o prazo para o envio da prestação de contas da administração pública municipal direta e indireta ao TCE-PI, e dá outras providências
	Instrução Normativa TCE nº 06, de 16 de dezembro de 2021	Dispõe sobre a forma e prazo de prestação de contas ao Tribunal de Contas pelos órgãos e entidades dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Piauí e dá outras providências
	Instrução Normativa N.º 07/2021, de 16 de dezembro de 2021	Altera dispositivos da Instrução Normativa n.º 06, de 16 de outubro de 2017, e dá outras providências
	Instrução Normativa TCE/PI nº 08, de 16 de dezembro de 2021	Altera o caput dos artigos 20 e 24 da Instrução Normativa TCE nº 03, de 08 de maio de 2014, que dispõe sobre a instauração, a organização e o encaminhamento ao TCE-PI dos processos de tomada de contas especial
Nota Técnica	Nota Técnica TCE/PI nº 03, de 16 de dezembro de 2021	Orientação sobre os procedimentos de contratação e controle interno relativos aos serviços de locação de veículos a serem adotados pelos órgãos e entidades sujeitos à jurisdição do TCE/PI

Fonte: SS.

▪ **Decisões monocráticas com concessão de medida cautelar homologadas pelo plenário**

Em caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário ou de direito alheio, de risco de ineficácia da decisão de mérito, ou diante de situação específica que possa causar dano irreparável ou de difícil reparação para o interesse e/ou para o patrimônio público, o relator ou o Plenário poderá, motivadamente, determinar liminarmente medidas cautelares, com ou sem a oitiva prévia da parte, nos casos previstos nos artigos 86 e 87 da Lei Estadual nº 5.888/2009.

Quando proferida pelo relator, na forma do art. 449 do Regimento Interno, a decisão



deverá ser submetida ao Plenário para a apreciação da matéria na primeira sessão seguinte à sua prolação. Destaca-se que a adoção dessas medidas não gera, necessariamente, impacto econômico imediato, mas visa, sobretudo, ao resguardo tempestivo da legalidade e da moralidade na aplicação dos recursos públicos.

Além disso, na forma da Resolução TCE/PI nº 27/2019, o TCE/PI determina o bloqueio das movimentações financeiras das contas bancárias em caso de ausência da entrega de prestação de contas, documentos e informações ao Tribunal de Contas, os quais são exigidos na forma da legislação aplicável, aos órgãos, entidades, pessoas e fundos sujeitos à jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

No 4º trimestre de 2021, o TCE/PI registrou os seguintes dados sobre medidas cautelares proferidas e homologadas pelo Plenário, conforme quadro a seguir.

QUADRO 9 – MEDIDAS CAUTELARES

QUANTIDADE DE CAUTELARES	VALORES ENVOLVIDOS NAS CAUTELARES
51	R\$ 91.469.595,52

Fonte: SS.

Das cautelares informadas, 11 (onze) foram concedidas, especificamente, em virtude atraso/ausência de prestação de contas ao TCE/PI.

▪ **Atos de pessoal apreciados monocraticamente e pelos colegiados**

O Tribunal de Contas do Estado aprecia, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal no âmbito estadual e municipal, de aposentadoria de servidor público estadual ou municipal, de reforma e de transferência para a reserva remunerada de membro da polícia militar e do corpo de bombeiros militar e concessão do benefício da pensão por morte.

Quando os atos de admissão, de inativação, de pensão e de revisão de proventos receberem manifestações igualmente favoráveis para o seu registro pela unidade competente da Secretaria do Tribunal e pelo Ministério Público de Contas, concluindo-se pela sua legalidade, o relator poderá proferir decisão definitiva monocrática.

No 4º trimestre de 2021 foram registrados os seguintes dados com relação a registro de atos de pessoal, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 10 – ATOS DE PESSOAL APRECIADOS

TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Admissão ¹	18	0
Inativação (Aposentadoria/Reforma/Transf para Reserva Remunerada) ²	550	11
Pensão ³	391	0



TIPO	PELO REGISTRO	PELA NEGATIVA DE REGISTRO
Revisão de proventos ⁴	9	0
TOTAL	968	11

Fonte: SS.

¹ Dessas, 4 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 14 pelos colegiados.

² Dessas, 547 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 14 pelos colegiados.

³ Dessas, 390 foram apreciadas monocraticamente pelo relator e 1 pelos colegiados.

⁴ Todos apreciados monocraticamente.

▪ **Certidões emitidas**

A Secretaria das Sessões, na forma da Resolução TCE/PI nº 08/2014, tem a competência para gerir e disponibilizar o Sistema de Emissão de Certidões desta Corte. As certidões são solicitadas pelos interessados e disponibilizadas através do sítio oficial do Tribunal e o destinam-se aos fins especificados em sua regulamentação.

No 4º trimestre de 2021 foram solicitadas e emitidas as seguintes certidões, conforme demonstrado no quadro a seguir.

QUADRO 11 – CERTIDÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Ações e Serviços Públicos de Saúde	4
Adimplência	451
Apreciação das Contas	155
Despesas de Pessoal	38
Lei de Responsabilidade Fiscal	52
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	159
Negativa de Débitos	1725
Negativa de Inidoneidade	2218
Registro de Inativação	0
Trânsito em Julgado	1
TOTAL	4803

Fonte: SS.

▪ **Multas e sanções aplicadas**

O Tribunal de Contas do PI poderá aplicar aos administradores e demais responsáveis, no âmbito estadual e municipal, observado o devido processo legal, as sanções de multa; inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança; inabilitação para o recebimento de recursos públicos; proibição de contratação com o Poder Público estadual ou municipal; participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores promovidos pela Escola de Gestão e Controle -



EGC, ou outra entidade por ela indicada; e outras sanções previstas em lei.

O Tribunal também aplicará, quando couber, na forma da legislação vigente, a imputação de débito para fins de ressarcimento e recomposição do erário, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

A Divisão de Acompanhamento e Controle de Decisões, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, é o setor responsável pelo acompanhamento e registro desses dados, bem como pelo parcelamento e cobrança de multas. No 4º trimestre de 2021, a DACD informou os seguintes dados com relação às sanções e imputações de débitos, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Ressalte-se que as multas, imputações de débitos e demais sanções referem-se àquelas aplicadas em decisões definitivas / transitadas em julgado no período, bem como àquelas recolhidas / arrecadas / ressarcidas no período, podendo referir-se a competências / exercícios anteriores.

QUADRO 12 – MULTAS E SANÇÕES APLICADAS	
RESPONSÁVEIS CONDENADOS EM DÉBITO E/OU MULTADOS	
TIPO	VALOR
Multas aplicadas	37.710 UFR (R\$ 139.232,80)
Multas arrecadadas	R\$ 134.540,80
Imputação de débitos aplicados	R\$ 3.202.649,43
Imputação de débitos arrecadados ¹	R\$ 0,00
RESPONSÁVEIS COM OUTRAS SANÇÕES APLICADAS	
TIPO	QUANTIDADE
Inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança	9
Inabilitação para o recebimento de recursos públicos	5
Proibição de contratação com o poder público estadual ou municipal	8
Participação alternativa, substitutiva de outras sanções, em cursos de qualificação de gestores e controladores	-
Outras sanções previstas em lei	-
PARCELAMENTOS/PROCESSOS DE MULTAS E IMPUTAÇÕES DE DÉBITO	
TIPO	QUANTIDADE
Processos de parcelamento de multas	49
Processos de cobrança de multas enviados à procuradoria geral do estado para cobrança	-
Processos abertos para acompanhamento de ressarcimento ao erário	6

Fonte: SS.

¹ Dados não informados ao TCE/PI.

▪ **Processos recebidos/digitalizados/atuados**

A Divisão Processual, que integra a estrutura da Secretaria das Sessões, a quem compete a coordenação e supervisão das atividades relacionadas com o recebimento,



controle e acompanhamento de documentos e processos encaminhados ao Tribunal registrou, no quarto trimestre de 2021 o recebimento, digitalização e autuação de **2.479 processos** no período, conforme estatística de documentos protocolados, abaixo demonstrada.

Além dessas atividades, a Divisão Processual, no período, atuou com as seguintes atividades: atualização do cadastro de gestores estaduais/municipais no Sistema Cadastro Web; liberação de senhas por meio do sistema de Solicitação de Criação de Usuário e Senha; projeto em andamento com a fábrica de software do Sistema Gestor ONLINE; liberação de usuários e gerenciamento do Sistema Protocolo Web; atividade contínua de protocolo, triagem, digitalização e validação de documentos e processos.

QUADRO 13 – PROCESSOS RECEBIDOS/DIGITALIZADOS/AUTUADOS

TIPO	QUANTIDADE
Consultas	11
Denúncia	17
Inativação (Aposentadoria, Pensão, Transferência p/ Reserva Remunerada, Ato de Retificação, Revisão de Proventos)	811
Admissão	25
Representação	113
Auditoria	14
Tomada de Contas Especial	28
Pedido de Revisão	3
Recurso de Reconsideração	43
Agravo	13
Pedido de Reexame	24
Ordens Judiciais	23
Multa	56
Monitoramento	1
Levantamento	5
Acompanhamento de Decisões	15
Embargos de Declaração	22
Coeficientes Constitucionais - Recurso de Decisão	17
Processo Ordinário da Administração	14
Processo de Pagamento	147
Requerimentos Administrativos	1077
TOTAL	2.479

Fonte: SS.

▪ **Citações/notificações emitidas**

A Divisão de Comunicação Processual, que integra a estrutura da Secretaria das



Sessões, a quem compete as atividades relacionadas a citações/notificações/ciências emitidas pelo TCE/PI no exercício de suas competências registrou, no quarto trimestre de 2021 os seguintes dados, indicando as atividades e os procedimentos desenvolvidos na área, na forma abaixo demonstrada, além da atividade contínua de realização de ofícios, controle e juntada de AR, controle de prazos, confecção de postagens, atendimento ao Jurisdicionado e apoio à Diretoria de Tecnologia da Informação no gerenciamento do Sistema E-carta.

QUADRO 14 – CITAÇÕES/NOTIFICAÇÕES EMITIDAS

TIPO	QUANTIDADE
Citação/Notificação	1.087
Certidões	499
Postagens	524
Editais de Citação	28
TOTAL	2.138

Fonte: SS.

3.2. Atuação do Ministério Público de Contas – MPC

O Ministério Público de Contas do Piauí é instituição permanente e essencial às funções jurisdicionais do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, regendo-se pelos princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e, em especial, da independência funcional, que garante a liberdade de atuação de seus membros, vinculando-os apenas à Lei e à Constituição.

Segundo o ordenamento jurídico em vigor, o órgão é composto por cinco Procuradores, sob a chefia do Procurador-Geral, nomeado pelo Governador do Estado do Piauí para um mandato de dois anos, sendo vedada a recondução, nos termos dos artigos 51 e 52 da Lei Estadual nº 5.888, de 19 de agosto de 2009.

Atuando perante o Tribunal de Contas, compete ao Ministério Público de Contas emitir parecer sobre todos os processos referentes ao controle externo; comparecer às sessões e dizer o direito, verbalmente ou por escrito; interpor os recursos previstos em lei; propor medidas cautelares e incidentes processuais, inclusive o incidente de inconstitucionalidade; levar ao conhecimento das autoridades competentes a ocorrência de fatos ou atos ilegais chegados ao seu conhecimento em razão do cargo; velar, supletivamente, pela execução das decisões do Tribunal; requisitar documentos e informações, dentre outras medidas previstas em lei.

Desse modo, o Ministério Público de Contas do Piauí desempenha a relevante missão de guarda da lei e fiscal de sua execução no âmbito do controle externo da Administração



Pública Estadual e Municipal, apresentando-se como um forte aliado da sociedade no combate à corrupção e à malversação do dinheiro público.

Na tabela a seguir, destaca-se a síntese do trabalho desenvolvido no trimestre:

QUADRO 15 – ATIVIDADES DO MPC

N.º	ASSUNTO	PROCURADORES										TOTAL		SALDO
		RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		Entr	Saíd	
1.0	TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS / PARECERES	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	Entr	Saíd	31.12.21
1.1	Processos de Contas	28	31	37	29	35	35	37	37	25	23	162	155	50
1.2	Processos de Fiscalização	10	14	15	9	23	18	15	15	18	13	81	69	29
1.3	Processos de Admissão de Pessoal (Registro de Atos)	1	1	2	1	0	0	1	1	1	1	5	4	1
1.4	Processos de Inativação	264	259	270	276	14	18	217	217	268	213	1033	983	137
1.5	Recursos e Pedidos de Revisão	27	30	19	19	12	11	39	38	37	27	134	125	35
1.6	Controle Social (Denúncias e Representações)	28	32	41	38	35	37	31	30	27	30	162	167	40
1.7	Consultas	6	6	2	4	0	0	3	3	1	1	12	14	1
1.8	Processos Administrativos	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1
1.9	Outros Processos	3	3	1	1	0	0	0	0	0	0	4	4	0
TOTAL (1.1 a 1.9)		367	376	387	377	119	119	344	341	377	308	1594	1521	294
2.0	PROCEDIMENTOS INICIADOS PELO MPC E EVENTOS COM PARTICIPAÇÃO DO PROCURADOR	RAÍSSA		PLÍNIO		JÚNIOR		LEANDRO		MÁRCIO		TOTAL		
2.1	Representações de autoria do Procurador	7		0		11		6		1		25		
2.2	Recursos e Pedidos de Revisão de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.3	Recomendações de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.4	Encaminhamento de Denúncias recebidas pelo Procurador	3		2		3		3		7		18		
2.5	Ofícios expedidos	0		0		3		0		1		4		
2.6	Propostas de alteração de legislação	0		0		0		0		0		0		
2.7	Incidentes de Inconstitucionalidade de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.8	Propostas Administrativas	0		0		0		0		0		0		
2.9	Propostas de Orientação Jurisprudencial	0		0		0		0		0		0		
2.10	Pedidos de Inspeção de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.11	Termos de Ajustamento de Gestão de autoria do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.12	Outros procedimentos de iniciativa do Procurador	0		0		0		0		0		0		
2.13	Reuniões institucionais/reuniões administrativas/ reuniões de audiências de gestor/cursos/eventos	2		0		5		5		4		16		
2.14	Participação do Procurador em Sessões do TCE-PI (Plenárias, Câmaras e Sessões Administrativas)	4		4		9		10		5		32		
TOTAL (2.1 a 2.14)		16		6		31		24		18		95		

Fonte: MPC.

3.3. Atividades da Secretaria de Controle Externo

Compete à Secretaria de Controle Externo (SECEX) o planejamento e a coordenação das atividades do controle externo, especialmente propor normas, políticas, diretrizes, técnicas e padrões relativos ao controle externo a cargo do Tribunal; planejar, organizar, dirigir, coordenar e supervisionar as atividades e os projetos inerentes às ações integradas de controle externo, acompanhar os resultados obtidos e avaliar os impactos ocorridos; aprovar manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; orientar o desdobramento de diretrizes, acompanhar as ações desenvolvidas, coordenar os estudos de fixação de metas e de produtividade dos servidores efetivos lotados em suas unidades integrantes; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 16 – ATIVIDADES DA SECEX	
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (SECEX)	
1.	Planejamento das atividades da Secretaria de Controle Externo e de suas respectivas Diretorias
2.	Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3.	Auxílio a DFAM, DFAE, DFRPPS e DAJUR na elaboração das minutas das Instruções Normativas de Prestações de Contas dos jurisdicionados estaduais e municipais para o ano de 2022 (INs 05 e 06/2021)
4.	Auxílio à Secretaria das Sessões na elaboração das minutas de alteração do Regimento Interno do TCEPI (Resolução 31/2021) e da IN que trata dos processos de tomada de contas especial (IN 08/2021)
5.	Auxílio à Secretaria Administrativa na elaboração da minuta de Resolução que trata da Lei de Acesso à Informação no âmbito do TCE-PI (Resolução 28/2021)
6.	Auxílio à EGC na elaboração do edital e condução do processo seletivo de estagiários de TI
7.	Reuniões e debates referentes à construção e implantação do sistema Opala (projeto estratégico)
8.	Reuniões e debates referentes à norma de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD no âmbito do TCE-PI (projeto estratégico)
9.	Participação na comissão criada para estudos acerca da revisão das normas atinentes ao processo de auditoria no âmbito do TCE/PI (projeto estratégico)
10.	Reuniões com DTIF para construção de sistema para recebimento de comunicações de irregularidades

Fonte: SECEX.

3.3.1. Atividades do Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento do Controle Externo

Compete ao Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo elaborar normas, manuais e regulamentos relativos às atividades, aos processos de trabalho e aos projetos na área de controle externo; elaborar o Plano Anual de Fiscalização para ser submetido a deliberação do Plenário e executado pelas diretorias de controle externo deste Tribunal; auxiliar as unidades de fiscalização a elaboração do Plano Anual de Trabalho com



base no Plano Anual de Fiscalização; auxiliar o Secretário de Controle Externo a acompanhar as ações desenvolvidas, controlar o alcance das metas e avaliar o resultado obtido no âmbito das diretorias de fiscalização; obter, sistematizar e gerir informações estratégicas para as ações que digam respeito à sua área de atuação; disseminar e adotar as medidas necessárias à manutenção e ao aprimoramento das soluções corporativas de tecnologia da informação (soluções de TI) que darão suporte ao controle externo; dentre outras atividades inerentes à sua finalidade.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 17 – ATIVIDADES DO NPDCEX

NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE EXTERNO (NPDCEX)
1. Subsídio a SECEX no planejamento das atividades da Secretaria e de suas respectivas Diretorias
2. Participação em reuniões com as diversas Unidades da SECEX, Membros da Corte de Contas e diversos servidores deste Tribunal sobre assuntos relacionados à sua competência
3. Elaboração e publicação do Painel das Contas de Governo
4. Elaboração de proposta de alteração da Resolução 08/2019 que trata do PACEX
5. Auxílio na elaboração de Levantamento sobre RPPS
6. Participação no Grupo de Trabalho TCE/MPPI/Executivo Estadual que trata sobre os Resíduos Sólidos
7. Coordenação das atividades de análise dos portais da transparência dos Municípios e do Estado
8. Assessoramento no desenvolvimento do sistema "OPALA" de apoio ao controle externo para o TCE/PI, semelhante ao "Tome Conta" do TCE/PE; (Projeto Estratégico nº 37)
9. Participação de comissão para elaboração do SISPACEX
10. Manutenção, assessoramento na implantação e suporte dos sistemas SAGRES-Contábil e SAGRES Demonstrativos para os usuários internos e externos
11. Suporte ao sistema SERCA para usuários internos
12. Participação em reuniões e atividades do Grupo Técnico de Alinhamento oriundo da Portaria Conjunta IRB-Atricon nº 04/2020
13. Participação de Reunião Ordinária da CTCONF, como assessor técnico da Atricon
14. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolvimento do sistema SAGRES-PC
15. Participação no Grupo de Trabalho para desenvolv. do SAGRES-Folha Estadual (Projeto Estr. nº 26)
16. Atendimentos diversos sobre os sistemas citados a usuários internos e externos
17. Despachos e Informações diversos
18. Participação em reuniões de Grupo de Trabalho, bem como respectivas atividades decorrentes, em sede do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018

Fonte: NPDCEX.

3.3.2. Atividades do Núcleo de Informações Estratégicas

Compete ao Núcleo de Gestão de Informações Estratégicas e Combate à Corrupção – NUGEI: propor metodologia e normativos para a gestão de informações estratégicas para



as ações de controle externo e para a formação de redes internas e externas do Tribunal de Contas do Estado do Piauí; auxiliar na criação de metodologia de análise de risco e elaborar as matrizes necessárias; auxiliar na elaboração, execução, acompanhamento e avaliação do plano de fiscalização; auxiliar e acompanhar o desenvolvimento e manutenção de sistema de gestão de informações estratégicas para as ações de controle externo, definindo critérios técnicos e operacionais em conjunto com outras áreas pertinentes; incentivar e monitorar a produção, o registro e a disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; divulgar a metodologia referente às atividades de inteligência institucional e treinar multiplicadores para formação de rede interna de produção e de disseminação de informações estratégicas que apoiem as ações de controle externo; realizar com as demais Diretorias Técnicas do TCE/PI trabalhos conjuntos relevantes; realizar conjuntamente com outros órgãos da Rede de Controle do Estado operações conjuntas; representar o TCE/PI na Rede Nacional Infocontas e no Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades realizadas no período:

QUADRO 18 – ATIVIDADES DO NUGEL

ASSUNTO	DESCRIÇÃO
Relatórios e/ou outros meios de apoio ao Controle Externo	Relatório Interno de Informação – Contraditório TC 007423/2021 – Acesso sigiloso
	Relatório Externo de Informação Requerido pela Polícia Federal TC 015811/2021 – Acesso sigiloso
	Relatório Externo de Inteligência produzido por demanda – PIC – GAECO – Acesso sigiloso
	Relatório Externo de Inteligência produzido por demanda – GACEP – Acesso sigiloso
	Relatório Interno de Informação produzido por solicitação do Diretor da DFAM através do Memorando nº 112/2021 – Acesso reservado
	Informações solicitadas pela DFAM e prestadas sobre veículos e empregados das empresas que especificou – Acesso NUGEL/DFAM
	Relatório Externo de Informação produzido a requerimento do SECEX/TCU no âmbito do PNPC – Acesso NUGEL/TCU
	Relatório Interno de Informações – Contraditório TC 003688/2017, conforme determinado pela conselheira relatora – Acesso público
	Relatório Interno de Informação – Representação TC 018191/2021 – Acesso público
	Relatório Interno de Informação – PRELIMINAR TOMADA DE CONTAS (TC 014175/2021) – Acesso sigiloso
	Relatório Externo de Informação produzido a requerimento do MPF – Acesso sigiloso
	Relatório Interno de Informação Concomitante – São Miguel do Tapuio – Acesso reservado
Auditorias / Inspeções / Diligências	Inspeção/diligência nos municípios de São Miguel do Tapuio e Oeiras-PI – Portaria nº 726/2021
	Participação na “Operação Filantropia” conduzida pela Polícia Civil – 17/12/2021

Fonte: NUGEL.



3.3.3. Atividades da Divisão de Apoio ao Jurisdicionado

A Divisão de Apoio ao Jurisdicionado – DAJUR, diretamente ligada à Secretaria de Controle Externo – SECEX, tendo como principal finalidade ser um canal de atendimento ao fiscalizado, atuando como facilitador no processo do controle externo, em atendimento às demandas dos jurisdicionados. Trata-se de instrumento estratégico de gestão, capaz de desafogar os setores de fiscalização, atuando na resolução rápida e eficiente de demandas dos jurisdicionados acerca dos sistemas do controle externo e da atuação do Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 19 – ATIVIDADES DA DAJUR

ATIVIDADE		QUANTIDADE
Atendimento às Solicitações de Autoridades e Jurisdicionados	Documentos	90
	Processos	0
Suporte ao Jurisdicionado	Atendimentos Presenciais	5
	Atendimentos Telefônicos	100
Emissão de Certidões	Certidão LRF	47
	Certidão Educação	148
	Certidão Saúde	4
	Certidão Despesa com Pessoal	31
Consultas	Emissão de Pareceres Técnicos	7
Alertas	Alerta de Despesa com pessoal	1
	Alerta de não publicação	1

Fonte: DAJUR.

QUADRO 20 – HOMOLOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS – 4º TRIMESTRE 2021								
PREFEITURA						CÂMARA		
COMPETÊNCIAS	RREO	RGF	MENSAL	ANUAL INICIAL	TOTAL	RGF	MENSAL	TOTAL
Janeiro/2021	-	-	11	-	11	-	6	6
Fevereiro/2021	9	5	11	-	25	-	6	6
Março/2021	-	-	11	-	11	-	6	6
Abril/2021	9	5	11	-	25	1	6	7
Maió/2021	-	-	11	-	11	-	6	6
Junho/2021	9	5	11	-	25	1	6	7

QUANTITATIVO DE DOCUMENTOS RECEBIDOS/HOMOLOGADOS – 4º TRIMESTRE 2021				
COMPETÊNCIAS	MUNICIPIOS	DOCUMENTOS POR PRESTAÇÃO DE CONTAS	DOCUMENTOS RECEBIDOS	TOTAL GERAL



		PREFEITURA	CÂMARA	PREFEITURA	CÂMARA	
Janeiro/2021	224/44	11	6	2.464	264	-
Fevereiro/2021	224/44	11	6	2.464	264	-
Março/2021	224/44	11	6	2.464	264	-
Abril/2021	180/89	11	6	1.980	534	-
Maior/2021	180/89	11	6	1.980	534	-
Junho/2021	135/89	11	6	1.485	534	-

Fonte: Documentação WEB

3.3.4. Controle no âmbito Estadual

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Estadual – DFAE realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades do Estado, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 21 – ATIVIDADES DA DFAE

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	TOTAL	
01	Relatório Contas de Governo 2020	-	-	-	-	-	-	
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2018 (tempestivos)	-	-	-	-	-	-	
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2019 (tempestivos)	-	-	-	-	-	-	
	Relatórios emitidos Contas de Gestão 2020 (tempestivos)	-	-	10	04	01	15	
02	Relatórios emitidos de Fiscalização	Auditoria Ordinária	-	01	-	-	01	02
		Auditoria Concomitante	-	02	04	02	01	09
		Levantamento	-	-	-	-	01	01
		Monitoramento	-	-	-	-	-	-
03	Relatórios emitidos de denúncias/representações	-	08	-	03	01	12	
04	Relatório de Contraditório	Contas de Gestão	-	-	-	-	14	14
		Contas de Governo	-	-	-	-	-	-
		Tomada de Contas	-	-	-	-	-	-
		Tomada de Contas Especial	-	-	02	-	04	06
		Auditorias concomitantes	-	02	02	02	-	06
		Denúncias e Representações	-	02	-	-	-	02



ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAE I	DFAE II	DFAE III	DFAE IV	TOTAL
	Recurso	-	-	-	-	-	-
05	Relatórios emitidos de Consultas	-	-	-	-	-	-
06	Relatórios emitidos de Tomada de Contas Especial	-	01	-	-	-	01
07	Recursos / Pedido de Reexame / relatório análise / Complementar	-	02	-	01	01	04
08	Relatório de Acompanhamento de Decisões	-	-	-	-	02	02
09	Informações/Despachos	-	52	04	30	17	102
10	Notas de Alerta	-	-	-	-	02	02

Fonte: DFAE.

3.3.5. Controle no âmbito Municipal

Compete à Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizar o acompanhamento e controle contábil, operacional, orçamentário, financeiro e patrimonial dos Poderes, órgãos e entidades dos Municípios, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos, programas, projetos e fundos, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e de quaisquer recursos recebidos ou repassados e renúncia de receita.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 22 – ATIVIDADES DA DFAM

ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DFAM IV	DFAM V	DFAM VI	TOTAL
01	Prestações de contas em andamento ou finalizadas	-	10	-	04	05	-	08	27
02	Relatórios de prestações de contas	-	86	-	16	10	-	17	129
03	Relatório de contraditório	-	-	71	-	-	02	-	73
04	Relatórios de denúncias/representações	01	-	-	10	24	22	27	84
05	Relatórios emitidos de tomada de contas/autuação especial	-	-	-	02	-	01	01	04
06	Relatórios emitidos de recursos/pedidos de revisão	-	-	31	-	-	-	-	31
07	Relatórios de processos reinformados	01	-	07	-	-	01	01	10
08	Relatórios de Auditorias / Inspeções / Levantamentos	-	-	-	-	-	02	-	02
09	Relatórios de acompanhamento de Decisões	-	-	-	-	-	-	01	01
10	Certidões/Declarações emitidas	457	-	-	-	-	-	-	457
11	Análise do Contraditório de processos de Denúncias / Inspeção / Representações / Auditorias / Tomada de Contas	-	-	41	-	-	-	-	41
12	Notas de Alerta da Ouvidoria	-	-	-	-	-	01	37	38



ITEM	ASSUNTO	DIRETORIA	DFAM I	DFAM II	DFAM III	DFAM IV	DFAM V	DFAM VI	TOTAL
13	Embargos/Agravos e outros	-	-	-	-	-	-	-	-
14	Incidente Processual	-	-	-	-	-	-	-	-
15	Cancelamento de Multa	-	-	-	-	-	-	-	-
16	Informações	-	-	-	-	07	10	02	19
17	Inspeções / Auditorias em andamento / Inspeções concomitantes	-	-	-	06	-	-	-	09
18	Pedido de Cautelar	-	-	-	-	-	09	-	09

Fonte: DFAM.

3.3.6. Fiscalização em Obras Públicas

Compete à Diretoria de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – DFENG desenvolver atividades de controle relacionadas à aplicação de recursos públicos em obras e serviços de engenharia a cargo dos órgãos e entidades jurisdicionados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no período:

QUADRO 23 – ATIVIDADES DA DFENG

ITEM	ASSUNTO	QUANTIDADE
01	Relatório de Contas de Governo - RelGov	-
02	Relatório de Contas de Gestão - RelGst	-
03	Relatório de Contas Especial - RelTce	6
04	Relatório de Tomada de Contas - RelTct	-
05	Relatório de Auditoria - RelAud	6
06	Relatório de Levantamento - RelLev	-
07	Relatório de Acompanhamento de Decisão - RelAcomp	-
08	Relatório de Monitoramento - RelMon	-
09	Relatório de Auditoria de Obras - RelObr	-
10	Relatório Complementar - RelCom	-
11	Relatório de Análise - RelAna	-
12	Relatório de Contraditório - RelCon	4
13	Relatório de Denúncia - RelDen	2
14	Relatório de Representação - RelRep	-
15	Relatório de Inspeção - RelIns	-
16	Relatório de Recursos de Reconsideração - RelRec	3
17	Rep. da Secretaria de Controle Externo - RepSec	-

Fonte: DFENG.



3.3.7. Fiscalizações Especializadas

Compete à Diretoria de Fiscalizações Especializadas a coordenação, o gerenciamento e a supervisão das atividades de controle relacionadas às fiscalizações temáticas desenvolvidas por cada uma de suas divisões especializadas, e especialmente auxiliar na elaboração do Plano Anual de Controle Externo, em coordenação com o Núcleo de Planejamento e Desenvolvimento do Controle Externo da Secretaria de Controle Externo, no que diz respeito às fiscalizações especializadas; definir, implementar e gerir, em coordenação com a Secretaria de Controle Externo, indicadores de eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações especializadas; monitorar e divulgar periodicamente os indicadores das atividades das fiscalizações especializadas.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações realizadas no trimestre:

QUADRO 24 – ATIVIDADES DA DFESP

ITEM	ASSUNTO	QUANTIDADE
01	Contas - Tomada de Contas - até 2018	1
02	Contas - Tomada de Contas - até 2019 a 2021	0
03	Relatório Complementar	0
04	Contas - Contas de Governo - Até 2019	0
05	Fiscalização - Auditoria - até 2018	0
06	Fiscalização - Auditoria - 2019	24
07	Fiscalização - Auditoria - 2020	12
08	Fiscalização - Auditoria - 2021	4
09	Fiscalização - Levantamento - 2021	3
10	Fiscalização - Inspeção - até 2018	9
11	Fiscalização - Inspeção - 2019	0
12	Fiscalização - Acompanhamento - até 2018	0
13	Fiscalização - Acompanhamento - 2019	0
14	Fiscalização - Acompanhamento - 2021	1
15	Fiscalização - Monitoramento - 2019	2
16	Fiscalização - Monitoramento - 2020	1
17	Fiscalização - Monitoramento - 2021	1
18	Contas - RPPS - até 2018	17
19	Contas - RPPS - 2019	2
20	Contas - RPPS - 2020	2
21	Contas - RPPS - 2021	3
22	Fiscalização - Levantamento RPPS - 2019/2020	1
23	Controle Social - Denúncia - até 2018	0
24	Controle Social - Denúncia - 2019	0
25	Controle Social - Denúncia - 2020	5



ITEM	ASSUNTO	QUANTIDADE
26	Controle Social - Denúncia - 2021	4
27	Controle Social - Representação - até 2018	3
28	Controle Social - Representação - 2019	2
29	Controle Social - Representação - 2020	1
30	Controle Social - Representação - 2021	1
31	Recursos - Recurso de Reconsideração - 2019	0
32	Recursos - Pedido de Reexame - até 2018	3
33	Recursos - Pedido de Reexame - 2020	1
34	Recursos - Pedido de Reexame - 2021	2
35	Recursos - Agravo - 2020	0
36	Recursos - Agravo - 2021	2
37	Parecer Técnico - Consulta	1
38	Da Revisão - Pedido de Revisão - 2021	0
39	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2019	4
40	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2020	3
41	Admissão de Pessoal - Registro de Atos - 2021	0
42	Inativação - Aposentadoria - até 2019	21
43	Inativação - Aposentadoria - 2020	52
44	Inativação - Aposentadoria - 2021	448
45	Inativação - Pensão de Morte - até 2019	31
46	Inativação - Pensão de Morte - 2020	111
47	Inativação - Pensão de Morte - 2021	323
48	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - até 2019	0
49	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - 2020	12
50	Inativação - Transferência para Reserva Remunerada - 2021	20
51	Inativação - Reforma - até 2019	0
52	Inativação - Reforma - até 2021	3
53	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - até 2019	4
54	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - 2020	0
55	Inativação - Ratificação de Ato Concessório - 2021	3

Fonte: DFESP.

4. GOVERNANÇA E GESTÃO

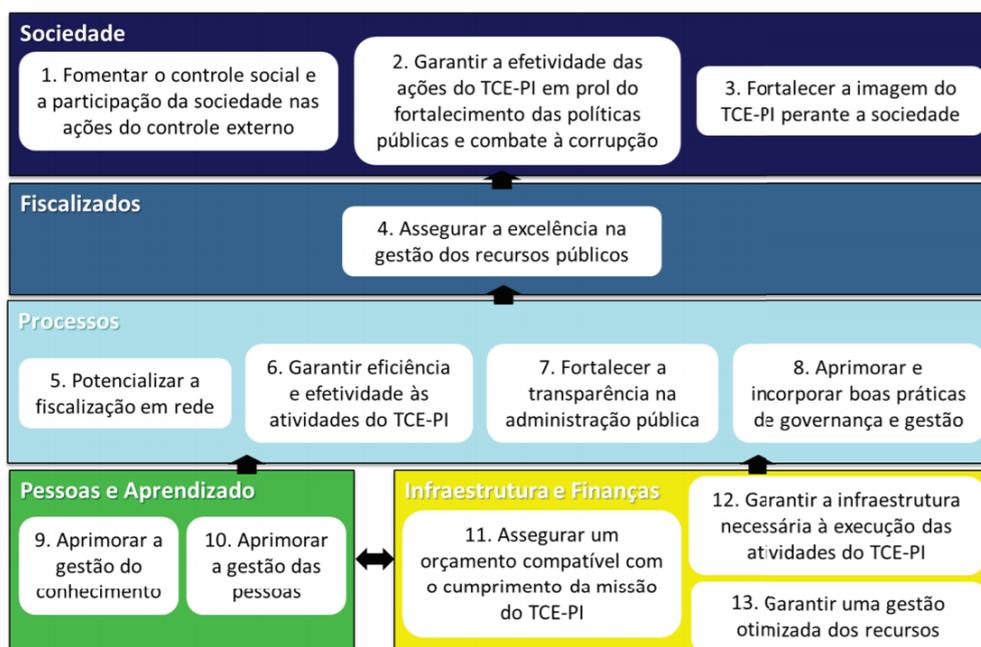
4.1. Gestão Estratégica

Considerando as transformações ocorridas interna e externamente ao TCE/PI, especialmente a reestruturação dos recursos organizacionais, humanos e gerenciais desta Corte, com o estabelecimento de novas abordagens e procedimentos para melhor atendimento às demandas da sociedade piauiense, este Tribunal decidiu redefinir a sua estratégia mediante um novo Plano, com ciclo de 4 anos e marco inicial a partir de 2020.

O PE 2020-2023 do TCE/PI foi idealizado sob um processo participativo, envolvendo todas as áreas do Tribunal, que permitiu a troca de experiências e, por consequência, promoveu uma visão mais abrangente da instituição. Ressalta-se, também, que o resultado do diagnóstico obtido com a aplicação do Marco de Medição de Desempenho – MMD da Atricon foi imprescindível no delineamento das estratégias definidas no referido PE.

O Mapa Estratégico do TCE/PI, a seguir, referente ao ciclo 2020-2023, correlaciona os objetivos estratégicos a perspectivas, quais sejam, sociedade, fiscalizados, processos, pessoas e aprendizado, infraestrutura e finanças, a fim de garantir uma percepção uniforme das prioridades assumidas pelo TCE/PI e a convergência de ações para o alcance dessas prioridades.

FIGURA 2 – MAPA ESTRATÉGICO



Para cada objetivo estratégico estabelecido há projetos e indicadores correlacionados a fim de facilitar a implementação do Plano Estratégico, envolvendo vários setores do Tribunal. A carteira de projetos prioritários do TCE/PI para o ano de 2021,



disponibilizada a seguir, conta com 27 projetos em andamento, conforme definido na Reunião de Revisão do PE 20/23, realizada em janeiro de 2021.

QUADRO 25 – CARTEIRA DE PROJETOS DO TCE/PI

	PROJETO	ÁREA PATROCINADORA
PRJ 01	Sistema de tratamento e pesquisa de jurisprudência	CRJ
PRJ 02	Implantação da política de comunicação	CS
PRJ 03	Implantação da página de informações no novo portal do servidor	CS
PRJ 04	Aprimorar o controle interno do TCE-PI	UCI
PRJ 05	Implantação de plataforma de ensino à distância	EGC
PRJ 07	Qualis + TCE	EGC
PRJ 08	Gestão de processos	GOV
PRJ 09	Gestão de projetos	GOV
PRJ 14	PLS do TCE/PI	SA
PRJ 15	Gestão por competências	SA
PRJ 17	Modernizar processos de gestão de pessoas	SA
PRJ 18	Gestão do planejamento e da gestão orçamentária	SA
PRJ 19	Aprimoramento da Gestão patrimonial do TCE/PI	SA
PRJ 20	Implantação do sistema de acompanhamento e controle de decisões do TCE-PI	SS
PRJ 22	Atualizar e aperfeiçoar sistema de cadastro web	SS
PRJ 25	Alfa - Projeto integrado de auditoria avançada	SECEX
PRJ 26	Sagres-Folha - sistema de recepção de dados de atos e despesas com pessoal do estado	SECEX
PRJ 27	Aprimoramento do programa de Fiscalizações Ordenadas	SECEX
PRJ 30	Incorporar ensaios de laboratório nas rotinas de fiscalização de obras públicas rodoviárias e de mobilidade urbana	SECEX
PRJ 35	Plataforma avançada de análise de dados com realização de consulta e geração de relatório pelo próprio usuário	SECEX
PRJ 36	Data & Analytics para revelar ilícitos administrativos	SECEX
PRJ 37	Opala - Plataforma de disseminação de dados de controle de forma pública e facilmente acessível	SECEX
PRJ 38	Governança de Privacidade e Gestão de Informações Pessoais - LGPD	SECEX
PRJ 39	Política de Gestão de Riscos do TCE/PI.	GOV
PRJ 40	Gestão Documental	SA
PRJ 41	Política de Governança	GOV
PRJ 42	Sistema Registros e Acompanhamento de Atendimentos	SECEX

Compete à Governança – GOV fomentar e acompanhar o planejamento estratégico do Tribunal visando à modernização administrativa e à melhoria contínua do desempenho



institucional; auxiliar a Presidência na execução da gestão estratégica da instituição através de modernas técnicas de administração gerencial; elaborar e gerenciar o plano de diretrizes anual; monitorar o alcance das metas das unidades do Tribunal, relatando os resultados apurados; promover a realização do contínuo aperfeiçoamento do modelo de gestão por processos a ser aplicado no âmbito do Tribunal; e desenvolver outras atividades inerentes à sua finalidade.

Destacam-se abaixo as principais atividades desenvolvidas pelo setor de Governança do TCE/PI no trimestre:

QUADRO 26 – ATIVIDADES DA GOV

ATIVIDADES
Reunião de monitoramento das metas operacionais do TCE/PI
Reuniões setoriais de monitoramento dos projetos estratégicos do TCE/PI
Reunião de Gerenciamento dos Projetos Estratégicos do PE 20/23
Elaboração do Relatório Trimestral de Atividades do TCE/PI referente ao 3º trimestre de 2021
Coordenação da Avaliação da Capacidade de Governança e Gestão do TCE/PI
Coordenação da aplicação do projeto-piloto Aprimore do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMD-TC) no TCE/PI
Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos do TCE/PI
Acompanhamento das metas das unidades do TCE/PI
Suporte contínuo através de atendimento às unidades do TCE/PI

Fonte: GOV.

4.2. Gestão Orçamentária e Financeira

Compete à Divisão de Orçamento e Finanças – DOF realizar o planejamento e a execução orçamentária e financeira do Tribunal, compreendendo toda a despesa consignada a esta Corte no Orçamento Geral do Estado, observadas as regras emanadas dos órgãos centrais de administração orçamentária e financeira, bem como tratar dos demais assuntos correlatos.

Nas tabelas a seguir, destacam-se as principais atividades desenvolvidas no período:

- Atividades executadas pela Seção de Orçamento – SO:

QUADRO 27 – ATIVIDADES DA SO

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Notas de Empenho Emitidas	355
Reservas Orçamentárias	414
TOTAL	769

Fonte: DOF.



QUADRO 28 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	R\$
I - Dotação Orçamentária Inicial	49.060.710,57
II - Suplementação de Dotação	8.937.547,00
III - Disponibilidade Orçamentária	57.998.257,57
IV - Despesa Empenhada	55.277.925,78
V - Saldo dos Créditos Disponíveis ¹	2.720.331,79
VI - Despesa Liquidada	36.672.434,49
VII - Saldos dos Empenhos a Liquidar	24.640.369,14

Fonte: DOF.

¹ Os valores informados excluem os créditos reservados em virtude da indisponibilidade destes para a execução orçamentária, compreendendo apenas o montante efetivamente disponível.

- Atividades executadas pela Seção de Finanças – SF:

QUADRO 29 – ATIVIDADES DA SF

ATIVIDADES	TOTAL
Emitir Nota de Lançamento – NL	423
Gerar a Programação de Desembolso – PD	642
Emitir Ordem Bancária (OB) com a execução da PD	630
Emitir Guia de Devolução (GD)	33
Emitir Guia de Recolhimento (GR)	01
Nota Patrimonial (NP)	208
Emitir a Relação Externa – RE para o BB	188
Efetivar pagamento de Restos a Pagar	55
TOTAL	2.180
Números de processos recebidos	232
Números de processos pagos	553

Fonte: DOF.

QUADRO 30 – MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA

MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
	Anterior	Atual
Saldo Do Trimestre		
Banco do Brasil - C/C 82530-1	21.152.782,35	30.803.351,91
Banco do Brasil/Caução - C/C 10086-2	13.298,45	13.578,38
Banco do Brasil/Cartão PGTO - C/C 10104-4	34.088,19	21.941,64
TOTAL TCE/PI	21.200.168,99	30.838.871,93



MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA	R\$	
Banco do Brasil/F M T C 2 - C/C 114.565-7	3.265.377,16	3.340.047,08
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.850-7	442.820,84	563.378,26
Banco do Brasil/FMTC - C/C 9.851-5	365.507,28	485.014,84
Banco do Brasil/FMTC - C/C 10.546-5	923,77	932,72
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.015-9	371.147,17	376.187,77
Banco do Brasil/FMTC - C/C 11.016-7	75.629,09	76.656,22
TOTAL FMTC	4.521.405,31	4.842.216,89
TOTAL	33.824.185,45	35.681.088,82

Fonte: DOF.

- Atividades executadas pela Seção de Contabilidade – SC:

QUADRO 31 – ATIVIDADES DA SC

ATIVIDADES	QUANTIDADE
Conformidade diária – processos analisados	205
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Suprimentos de Fundo – análise de prestação de contas	07
Suprimentos de Fundo – concessão	01
Ajuste de Pendências no SIAFE - processos de exercícios anteriores	-
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	289
Relatório de Gestão Fiscal encaminhado TCE	-
TOTAL DE ATIVIDADES DO TCE	508
Conformidade diária – processos analisados	01
Prestação de Contas – via documentação web	03
Prestação de Contas – via controle interno	03
Processos disponibilizados para consulta (eletrônicos/físicos)	-
Processos arquivados (eletrônicos/físicos)	04
TOTAL DE ATIVIDADES DO FMTC	11
TOTAL GERAL	519

Fonte: DOF.

- Sistema SIAFE-PI:

QUADRO 32 – SIAFE-PI

ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Nota de Lançamento – NL	TCE	1	1	1	3



ATIVIDADES – SC	ÓRGÃO	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Programação de Desembolso – PD		1	1	1	3
Guia de Recolhimento – GR		3	3	3	9
Guia de Devolução – GD		4	1	1	6
TOTAL		9	6	6	21
Nota de Lançamento – NL	FMTC	1	2	1	4
Programação de Desembolso – PD		1	2	1	4
Guia de Recolhimento – GR		9	9	9	27
Guia de Devolução – GD		0	0	0	0
TOTAL		11	13	11	35

Fonte: Sistema SIAFE-PI.

4.3. Gestão de Pessoas

Compete à Divisão de Gestão de Pessoas – DGP desenvolver as atividades de administração de pessoal, compreendendo assuntos como recrutamento e seleção, registros funcionais, estudos e pareceres sobre direitos e deveres do servidor, folha de pagamento e seus consectários, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, progressão funcional e promoção, aposentadorias, pensões e demais assuntos correlatos.

Na tabela a seguir, destaca-se o quantitativo de registros de Atos de Pessoal realizados no período:

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Atos/Portarias	Nomeações para cargos efetivos	0
	Nomeações para cargos Comissão	20
	Exonerações de Cargos Efetivos	0
	Exonerações de cargos em comissão	18
	Vacância de cargos efetivos	0
	Dispensas de função de confiança	3
	Designações para função de confiança	2
	Concessões de aposentadoria	1
	Licenças prêmios concedidas	10
	Substituição de conselheiro	0
	Licenças para capacitação	20
Afastamentos de Servidores	Licenças (Eleitoral, Nojo, Paternidade, Encontro Esportivo)	29
	Licenças maternidade	0



ATIVIDADES		QUANTIDADE
Utilização de Recesso Natalino	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	5
Férias Concedidas	Conselheiros	5
	Conselheiros substitutos	4
	Procuradores do MPC	6
	Servidores	206
Interrupção/Suspensão de Férias Concedidas	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	1
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	11
Abonos de Permanência Concedidos	Conselheiros	0
	Conselheiros substitutos	0
	Procuradores do MPC	0
	Servidores	5
Atendimentos de Demandas Administrativas	Informações	211
	Portarias	231
	Certidões	03
	Memorandos	102
	Declarações	20
	Ofícios	61
	Cartão Magnético de Ponto	07
	Despachos DGP	754
	Comunicação Interna	01
	Mapa de tempo de serviço	16

Fonte: DGP.

Na tabela a seguir, destacam-se os principais registros de atos clínicos realizados no período pela Seção de Serviços Integrados de Saúde – SSIS:

QUADRO 34 – ATIVIDADES DA SISS

ATIVIDADES		QUANTIDADE
Serviço Ambulatorial	Verificação de pressão arterial	98
	Verificação de Glicemia Capilar	83
	Dispensação de medicamentos	90
	Curativo	04
	Administração de Medicamentos	01
	Atendimento de Emergência	01



ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Triagem (Verificação de Temperatura e Oximetria)	0
	Pacientes Atendidos	277
Serviço Médico	Consultas	52
	Consulta Periódica	00
	Atestado Médico	00
	Atestado de Saúde	00
	Renovação de Receitas	01
	Verificação de Pressão Arterial	00
	Exame Admissional	26
	Solicitação de exames	00
	Encaminhamento	09
	Atendimento de Urgência	44
	Outros	11
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	06
	Pacientes Atendidos	137
	Homologação Atestado Médico de Servidores	179
	Serviço Odontológico	Restauração
Profilaxia		50
Exodontia		02
Aplicação de Fluor		41
Semiologia		01
RX		05
Remoção de Pontos		00
Tartarectomia		169
Outros		168
Organização de Insumos/ Controle de Validade/ Gerenciamento de Pedidos		121
Elaboração de Relatório de Atividades Mensais		03
Pacientes Atendidos		101
Serviço Fisioterapêutico	Prevenção	0
	Tratamento	169
	Tens	168
	Ultrassom	121
	EPI	0
	Forno de Beer	0
	Bandagem	0
	Infravermelho	121
	Ondas Curtas	0
	Terapia Manual	0
	Fisioterapia Respiratória	0



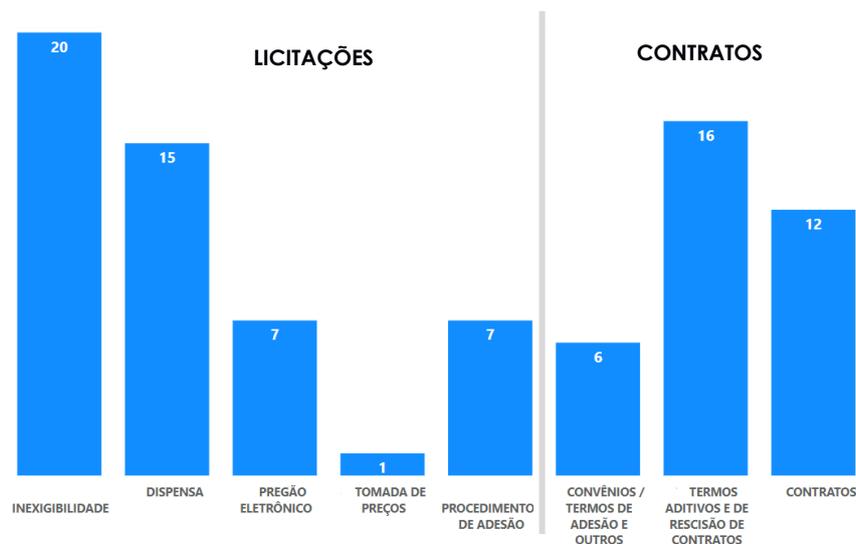
ATIVIDADES		QUANTIDADE
	Crioterapia	70
	Exercícios Exométricos	54
	Ginástica Laboral	0
	Outros	0
	Participação na Organização de Programas de Prática de Esporte	0
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	3
	Pacientes Atendidos	169
Atividades Administrativas	Emissão de parecer	179
	Acompanhamento de licença médica junto à Perícia Oficial	25
	Gerenciamento de Pedidos (acompanhamento de materiais)	06
	Comunicação Interna/ Memorando	27
	Coordenação de Programa ou Evento de SQVCT	11
	Participação em Eventos da SSIS	22
	Elaboração de Relatório de Atividades Mensais	03

Fonte: DGP.

4.4. Gestão de Contratações

Compete à Divisão de Licitações e Contratos (DLC) coordenar as atividades referentes a procedimentos licitatórios e gestão contratual. Nas tabelas a seguir, destacam-se os principais procedimentos executados pela Seção de Licitações no período:

FIGURA 3 – LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS



Fonte: DLIC.

4.5. Gestão do Conhecimento

A Escola de Gestão e Controle do Tribunal de Contas do Estado do Piauí tem por



objeto principal qualificar e conscientizar seus servidores, os governantes, os gestores, as equipes de apoio e assessoria das entidades jurisdicionadas, os controladores institucionais e sociais, os parceiros da rede de controle e a sociedade para o exercício da boa gestão e dos controles como instrumento transparente de realização de um Estado Democrático de Direito.

Na tabela a seguir, destacam-se as atividades de qualificação e capacitação realizadas durante o quarto trimestre:

QUADRO 35 – QUALIFICAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
01	Mestrado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	13 servidores	Membros e servidores TCE
02	Doutorado – Convênio com a UFPI/FADEX	UFPI/FADEX	-	04 servidores	Membros e servidores TCE
03	Introdução ao Orçamento Público (40h) e Equilíbrio Fiscal (40h)	ENAP	80h	01 servidor	Servidores TCE
04	Administração de Conflitos(40h), Técnicas de Memorização (40h)	Escola de Contas do TCEES	80h	01 servidor	Servidores TCE
05	Orçamento Público (40h) e Controle Social (20h)	ENAP	60h	01 servidor	Servidores TCE
06	O Estado Democrático de Direitos Fundamentais (120hs)	ABELINE	120h	01 servidor	Servidores TCE
07	Demonstrativo de Investimentos do RPP (30h), Critérios do Certificado de Regularidade Previdenciária (60h)	EVG	90h	01 servidor	Servidores TCE
08	Gestão de Recurso de Humano no Setor Público (80h)	Imazon	80h	01 servidor	Servidores TCE
09	Programa educação cidadã: O Profissional do Século XXI	EGC TCE/PI	3h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
10	Programa Educação cidadã: Dicas para o ENEM 2022	EGC TCE/PI	3h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
11	Programa educação cidadã: Dicas para o ENEM 2022	EGC TCE/PI	3h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
12	A Reforma da Previdência do Estado do Piauí: Questões Relevantes	Alex Sertão / Microsoft Teams	2h	82	Membros e servidores
13	Governança Publica: Uma Nova Diretriz na Administração	Kaptum Consultoria e Treinamento Ltda Me	16h	32 servidores	Servidor TCE
14	II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas - CITC	Atricon	40h	13 servidores	Servidor TCE
15	18º Congresso Previdenciário	APEPREV	16h	02 servidores	Servidor TCE
16	Controle Interno e Externo da Gestão Publica	CEDEP	60h	01 servidor	Servidor TCE
17	Direito Administrativo (40h) e Direito Tributário Básico (35h)	ENAP	75h	01 servidor	Servidor TCE
18	A Nova Lei Anticorrupção e a Governança (60h)	UNIEDUCAR	60h	01 servidor	Servidor TCE
19	Estrutura de Gestão Pública (30h), Acessibilidade em Museus (20h) e Administração Publica e Contexto Institucional Contemporâneo	ENAP	50h	01 servidor	Servidor TCE
20	Linguagem Simples Aproxima o Governo das Pessoas. Como usar? (20h) e Inteligência Emocional (50h)	ENAP	70h	01 servidor	Servidor TCE
21	Administração de Compras (60h)	Imazon Cursos	60h	01 servidor	Servidor TCE



Nº	NOME DO CURSO	INSTITUIÇÃO/EAD	QTD DE HORAS	NUMERO DE PARTICIPANTES	PÚBLICO ALVO
22	Introdutório à Atividade de Inteligência	Escola Superior de Guerra do MPC de Minas Gerais	20h	02 servidores	Servidor TCE
23	V Simpósio Nacional de Ouvidorias	TCE-AM	12h	01 servidor	Servidor TCE
24	Análise de dados educacionais: aplicando evidências na gestão pública	OPEN KNOWLEDGE BRASIL	20h	07 servidor	Servidor TCE
25	Programa educação cidadã: Formas de assédio e suas implicações legais	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
26	Programa educação cidadã: Ética e Cidadania	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
27	Programa educação cidadã: Palestra motivacional "O poder do convencimento"	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
28	Programa educação cidadã: Educação Financeira	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
29	Programa educação cidadã: Identidade e Relação de Gênero	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
30	Programa educação cidadã: Vício Digital	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
31	Simpósio: Análise de Dados para o Controle Externo: Revelação e Predição de Fraudes	On line - Microsoft Teams e presencial	12h	170	Membros, servidores e jurisdicionados
32	Programa educação cidadã: A importância da reciclagem para preservação ambiental	EGC TCE/PI	2h	14 estagiários de nível médio	Sociedade
33	Curso Completo de Humanística (26h), Lei de Abuso de Autoridade (8h), Nova Lei de Improbidade Administrativa (6h), Curso Completo de Direito Administrativo (24h), Nova Lei de Licitações (16h)	Curso Preparatório Iuris	80h	01 servidor	Servidor TCE
34	Libras Básico	INCI	120h	01 servidor	Servidor TCE
35	Gestão por Competência (40h), Gestão Documental (30hr), Ética e Serviço Público (20h) e Curso Técnicas de Memorização (40h)	ENAP	130h	01 servidor	Servidor TCE

Fonte: EGC.

4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

Compete à Diretoria de Tecnologia da Informação – DTIF gerenciar as atividades ligadas à tecnologia da informação, prestando todo o apoio necessário ao funcionamento do Tribunal nesta área.

Na tabela a seguir, destacam-se as principais ações da área realizadas no período:

QUADRO 36 – ATIVIDADES DA DTIF

ATIVIDADES
1. Manutenção corretiva, preventiva, evolutiva e adaptativa dos sistemas: Licitações web, Contratos web, Sagres web e controle, Documentação web, Cadastro de Gestores, Controle de sessões, Serca, Controle de multas
2. Criação de novos relatórios internos, além de atualizações corretiva e evolutiva de outros já em produção
3. Modelagem de novos cubos para BI (<i>Business Intelligence</i>)



ATIVIDADES
4. Atualização de versão de sistema operacional de diversos servidores do <i>datacenter</i> do TCE
5. Manutenção do Portal de serviços do TCE-PI na internet
6. Manutenção de equipamentos do TCE-PI
7. Suporte aos usuários internos
8. Suporte aos jurisdicionados na utilização dos diversos sistemas de prestações de contas eletrônicos
9. Desenvolvimento de novo sistema de prestação eletrônica de contas – SagresPC
10. Desenvolvimento do software para disponibilização de informações consolidadas (Opala), em conjunto com fábrica de software
11. Adaptações do software para coleta e monitoramento de informações junto a jurisdicionados (Capture), em conjunto com fábrica de software
12. Desenvolvimento do sistema Gestor Web
13. Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações de irregularidades
14. Desenvolvimento de solução para controle de Comunicações Processuais
15. Desenvolvimento de solução para Acompanhamento de decisões
16. Expansão de funcionalidade de solução para registro e acompanhamento de atendimentos
17. Implantação de módulo no Documentação Web para recepção de dados em formato estruturado
18. Implantação de nova versão do sistema Licitações Web adequado à nova Lei de Licitações
19. Implantação de solução para geração automatizada das certidões de "Apreciação de contas" e "Negativa de inidoneidade"
20. Desenvolvimento de solução para geração automatizada de relatórios de auditoria
21. Implantação de Painel para acompanhamento dos Certificados de Regularidade Previdenciária dos RPPS's dos jurisdicionados
22. Aquisição de 180 (cento e oitenta) novos computadores tipo notebook para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI
23. Aquisição de 30 (trinta) novos computadores tipo desktop para ampliação e renovação tecnológica do TCE/PI

Fonte: DTIF.

4.7. Controle Interno

Compete à Controladoria do Tribunal de Contas verificar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência, eficácia e economicidade, da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas; avaliar o cumprimento das metas previstas pelo Tribunal de Contas no Plano Plurianual (PPA), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA); exercer o controle dos direitos e haveres da instituição; apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Compete, ainda, à Controladoria emitir parecer sobre as contas prestadas anualmente pelo Presidente do Tribunal de Contas e sobre as contas daqueles que, por delegação, ordenarem despesas ou praticarem atos de gestão no âmbito do Tribunal de Contas; realizar, por iniciativa própria ou do Plenário do Tribunal de Contas, inspeções e

auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas da Instituição; avaliar a exatidão das informações contidas nos processos de admissão, de concessão de aposentadoria e pensão, e de revisão de proventos do Tribunal de Contas; manter intercâmbio com Unidades de Controle Interno de órgãos e entidades da Administração Pública; acompanhar denúncias oriundas da ouvidoria em matéria de sua competência; acompanhar a elaboração do Relatório de Gestão Fiscal - RGF; elaborar o Plano Anual de Auditoria; expedir recomendações à Presidência do Tribunal; representar ao Plenário do Tribunal sobre irregularidades ou ilegalidades apuradas.

Na tabela a seguir, destacam-se os pareceres emitidos no período:

FIGURA 4 – ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO



Fonte: Controle Interno.

4.8. Corregedoria

A Corregedoria Geral do Tribunal de Contas do Estado do Piauí é um órgão com a missão de garantir o controle da conduta funcional, firmados nos princípios éticos e legais, mediante a realização de fiscalização, recomendação, correição e mediação, com a finalidade de assegurar a regularidade funcional.

Outrossim, pretende proporcionar a eficiência das atividades institucionais ante o aprimoramento das rotinas internas e adotar programas de prevenção de infrações disciplinares.

No 4º trimestre de 2021, a Corregedoria Geral, no exercício de suas competências, realizou, dentre outros, os seguintes atos:

QUADRO 37 – ATIVIDADES DA CORREGEDORIA

ATO	OBJETO	QUANTIDADE
Memorandos	Solicitações Diversas	4
Despachos	Nada Consta/ Solicitação de Informações/ Avaliação de Teletrabalho/ CADEP	56
Fichas de Avaliação	Ficha de avaliação de estágio probatório	20
Pareceres	Relatórios de Correição	2

Fonte: Corregedoria.



4.9. Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal democrático de diálogo destinado a disseminar informações e a receber manifestações dos cidadãos, incluindo reclamações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de informações.

Ela cria e amplia os canais de comunicação entre o Estado e a Sociedade e aposta na construção transparente, coletiva e participativa. É uma oportunidade de participação ativa do cidadão na missão de controlar a Administração Pública do Estado e dos Municípios piauienses, e contribuir para o aprimoramento dos serviços do TCE.

- Serviços ofertados pela Ouvidoria:

QUADRO 38 – SERVIÇOS DA OUVIDORIA

SERVIÇOS DA OUVIDORIA
Orientação ao cidadão acerca das formas de se estabelecer contato com o TCE.
Recebimento e tratamento de todas as manifestações que estejam relacionadas à atuação do TCE com isenção e imparcialidade, e mesmo com sigilo, nos casos em que o mesmo for solicitado e que a legislação permita
Encaminhamento das demandas às áreas responsáveis para o seu tratamento e manter o cidadão informado sobre o andamento e resultados
Realização e mediação de conflitos de interesses entre o cidadão e o gestor público
Identificação das oportunidades e melhoria da Instituição
Realização de atividades em parceria com a Escola de Contas e com a Rede de Ouvidorias Estadual (Rede Ouvir), para promover o exercício da cidadania e contribuição para o controle social

- Tipos de manifestação recebidos pela Ouvidoria do TCE/PI:

QUADRO 39 – MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS

MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS
Pedidos de Informação – Qualquer interessado poderá requerer informações do seu interesse ao TCE/PI, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação solicitada, conforme art. 10 da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011). Importante ressaltar que o pedido não precisa apresentar justificativa, e que o TCE/PI terá 20 (vinte) dias para apresentar resposta definitiva, podendo prorrogar este prazo uma vez, motivadamente, por mais 10 (dez) dias
Reclamações / Elogios / Sugestões – Qualquer usuário poderá qualificar as ações do TCE/PI ou de seus funcionários, seja elogiando uma atuação positiva, seja criticando ações que não estão funcionando a contento, ou mesmo apresentando sugestões para um melhor atendimento e atuação deste Tribunal. Nenhuma destas formas de manifestação exige a identificação do usuário, embora ele possa se identificar, caso deseje
Comunicações de Irregularidades – Qualquer interessado poderá informar ao TCE/PI circunstâncias onde, no seu entendimento, estejam presentes indícios de irregularidades ou ilegalidades na atuação de agentes ou entidades da Administração Pública do Estado do Piauí ou de qualquer um de seus municípios, a fim de que o TCE/PI tome ciência da situação e possa agir com maior rapidez. Esta manifestação não é equivalente ao processo formal de denúncia, e também não exige a identificação do usuário

- Canais de comunicação:

QUADRO 40 – CANAIS

CANais
Portal: http://www.tce.pi.gov.br/transparencia/ouvidoria/



CANAIS

E-mail: ouvidoria@tce.pi.gov.br

Telefone: (86) 3215-3987 / (86) 3215-3985 / (86) 3215-3839 / (86) 3215-3843

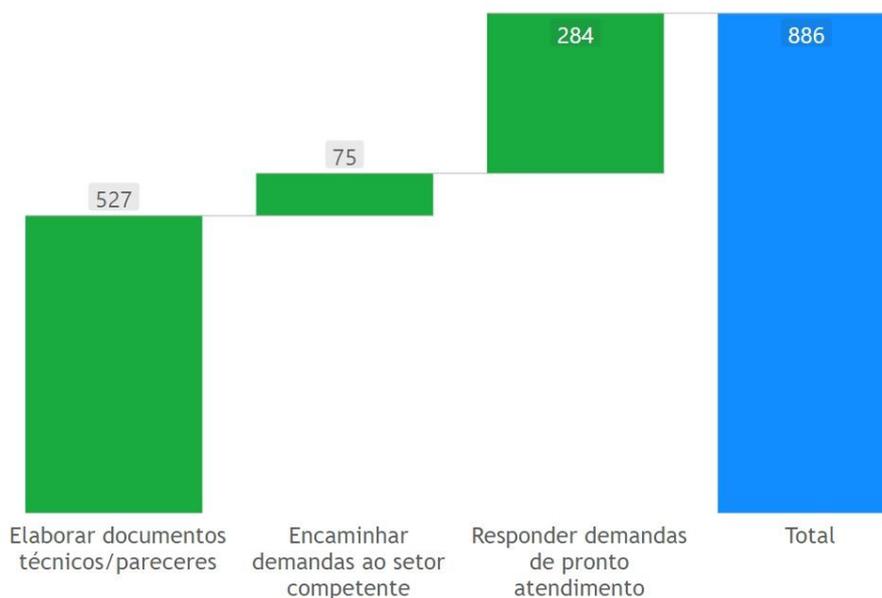
Correspondência: Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo, Teresina-PI, CEP: 64018-900

Formulários de manifestações ao TCE-PI (Central do Cidadão)

Atendimento presencial no Centro de Atendimento ao Cidadão, localizado no térreo do edifício-sede do TCE/PI

Destaca-se abaixo o quantitativo de atendimentos realizados e demandas respondidas pela Ouvidoria no período:

FIGURA 5 – ATENDIMENTOS E DEMANDAS RESPONDIDAS PELA OUVIDORIA



Fonte: Ouvidoria.

4.10. Comunicação

A Comunicação Social – CS do Tribunal de Contas do Estado do Piauí visa prioritariamente informar aos seus públicos sobre as ações e o trabalho executado pela instituição, ampliando o grau de conhecimento dos cidadãos sobre a Corte e disseminando a importância social e pública do Controle Externo.

Compete à Comunicação Social a divulgação institucional do TCE-PI apropriada para:

- **Jurisdicionados** - informações de caráter técnico;
- **Público Interno** - dados e informações de caráter funcional;
- **Público Externo** - dados e informações de caráter financeiro, orçamentário, social e sobre as atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Na tabela a seguir, destaca-se a Comunicação Social em números no período:

FIGURA 6 – ATIVIDADES DA CS



Fonte: Comunicação Social.

Durante o 4º trimestre de 2021, a produção de notícias continuou intensa com a divulgação de levantamentos, capacitações, reuniões e palestras. Destaque, também, para o apoio em eventos presenciais e on-line, como o Programa Mais e Viver, Campanha do Outubro Rosa e Novembro Azul, curso da Reforma da Previdência entre outros, produzindo o material de divulgação, criação da identidade visual, postagens nas redes sociais, produção de release e outras peças.

Um dos principais trabalhos desenvolvidos pela Comunicação Social foi a Campanha de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação. A Comunicação Social criou a Identidade Visual, logo, vídeo, Manual, posts para as redes e auxiliou o evento de Lançamento da Campanha. Um importante trabalho desenvolvido com o Programa SER TCE.

Em novembro, um jornalista representou a Comunicação Social do TCE-PI na Reunião de Assessorias de Comunicação do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (II CITC). No final do ano, a equipe se dedicou ao apoio na realização de eventos como a confraternização natalina, Sextas Sem Conta e Campanha de doação de sangue.

4.10. Gestão Patrimonial

Compete à Divisão de Patrimônio e Logística – DPL as atividades de gestão patrimonial, de administração dos serviços de limpeza e de conservação predial, elaboração de Termos de Referência, Projetos Básicos, projetos de obras, de reformas, de instalações e seus respectivos orçamentos, documentos complementares visando ao perfeito funcionamento das instalações prediais; as atividades de reprografia de processos e de documentos; de copeiragem e de atividades correlatas.

Nas tabela a seguir, destacam-se as principais atividades executadas no período:



QUADRO 41 – ATIVIDADES DA DPL

SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE	
Seção de Almoarifado – SA	Requisições de Material (RM) atendidas	1.000	
	Requisições de Material (RM) canceladas	63	
	Suprimentos de Fundo Finalizado	00	
	Notas fiscais recebidas com Material de Consumo	14	
	Notas fiscais recebidas com Material Permanente	00	
	Valor Notas Fiscais - Material de Consumo	R\$ 61.209,80	
	Valor Notas Fiscais - Material Permanente	0,00	
	Valor Notas Fiscais - Suprimento de Fundos	0,00	
	Valor Total das Notas Fiscais	R\$ 39.042,00	
Seção de Transportes – ST	Aquisição de Combustíveis e lubrificantes	24.957,20	
	Aquisição de peças e serviços	-	
	Locação de Veículos	-	
	Renovação de Documento de Veículos	-	
	Renovação Apólices Seguro Veículos	-	
	Rotas em Teresina e Região Metropolitana	299	
	Rotas Intermunicipais	22	
	Municípios Visitados	54	
	Quilômetros Rodados	31.232	
	Suprimentos de Fundo Finalizados	02	
Seção de Manutenção – SM	Contratos fiscalizados	06	
	Suprimentos de Fundo finalizados	-	
	Atendimento a demandas internas diárias	1.629	
	Atesto Efetuados em serviço de consertos solicitados	30	
	Fotocópias	2.500	
	Encadernações	-	
Seção de Controle de Patrimônio – SCP	Receber e Incorporar Bens Patrimoniais	-	
	Atendimento Interno de Transferências de Bens Patrimoniais	-	
	Emissão de Termo de Responsabilidade	106	
	Controle de Documentos/Processos no e-TCE	16	
	Rotinas patrimoniais (Aquisição)	28	
	Rotinas patrimoniais (Desfazimento)	517	
	Emissão de Tombamento – Bens Novos	Bens Móveis Mobiliários	-
		Equipamentos de Informática	-
		Bens De Escritório Duráveis	-
		Equipamentos	1
Eletrodomésticos / Eletrônicos		27	
Baixa de Bens - Bens	Bens Móveis Mobiliários	-	



SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	para Doação / Permuta / Cessão / Descarte	
	Equipamentos de Informática	-
	Bens de Escritório Duráveis	-
	Equipamentos Eletrodomésticos / Eletrônicos	-
Seção de Arquivo Geral – SAG	Atendimento de solicitações escritas	35
	Correspondências Internas expedidas	02
	Correspondências Internas recebidas	-
	Atendimento com retorno à Presidência	-
	Assinaturas, Juntadas e finalizações em Processos	628
	Assinaturas solicitadas	285
	Recebimento e controle de processos	-
	Envio de Processos via Correios (AR's)	363
	Controle de Retorno de Correspondência (AR's)	-
	Atendimento avulso fornecendo portarias a aposentados e pensionistas do Estado e dos municípios. Plataformas Digitais	218
	Recurso	-
	Denúncia	42
	Representação	50
	Embargos/Agravo e Inspeção	-
	Prestação de Contas Estaduais e Municipais	376
	Tomada de Contas	-
	Tomada de Contas Especial	23
	Processos de Aposentadorias e Pensões (SISPREV)	1.271
	Processos de Aposentadorias e Pensões	280
	Processos de Admissão de Pessoal	-
	Balancetes Mensais encaminhados as Câmaras Municipais	-
	Consultas	-
	Auditorias	03
	Inspeção	13
	Inspeção Extraordinária	-
	Multas	4
	Pedido de Reexame	-
Pedido de Revisão	-	
Ordem Judicial	-	
Protocolo de Atendimento	196	
Seção de Compras – SCOM	Orçamentos Coletados	130
	Fornecedores Cadastrados	42
	Aquisições Diretas	3



SEÇÃO	ATIVIDADES	QUANTIDADE
	Produtos Catalogados	36
	Ordens de Fornecimento ou Serviço Emitidas	16
	Termos de Referência Elaborados	4
	Projetos Básicos Elaborados	-
	Fornecimento de Serviços a Terceiros	-
	Xerox	-
	Encadernações	-
	Cartões de Frequência	-
	DVD's	-